

Sem rio para celebrar: rompimento da barragem da Vale em Brumadinho afasta indígenas Kaxixó do Rio Pará

Com a contaminação do Rio Paraopeba, causada pelo rompimento da barragem na Vale S.A, o leito do Rio Pará sofre sobrecarga de turistas, pescadores e captação de água para abastecimento de cidades, fazendo com que indígenas tenham que abrir mão do espaço utilizado para reprodução de seus modos de vida.

Sem um rio onde celebrar. Assim será mais um Dia do Índio (19 de abril) vivido pelos cerca de 86 integrantes da comunidade indígena Kaxixó, localizada às margens do Rio Pará, na região centro-oeste de Minas Gerais. O rompimento da barragem da Vale S.A em Brumadinho, ocorrido em janeiro de 2019, deixou marcas profundas nas vidas das 29 famílias Kaxixó que habitam os municípios de Martinho Campos e Pompéu, áreas de atuação do Instituto Guaicuy como Assessoria Técnica Independente. Mais de dois anos após o rompimento, os habitantes da aldeia lutam pelo reconhecimento como grupo atingido, para que haja a reparação pelos danos sofridos pela comunidade, dentre eles a perda dos modos de vida, a perda da possibilidade de colocar a canoa no Rio, a perda da possibilidade de pesca, como faziam antes do rompimento.

O derramamento de lama que afetou cerca de 318 quilômetros da bacia do Rio Paraopeba, desde Brumadinho até a represa de Três Marias, fez com que o Rio Pará, usado pelos Kaxixó para banho, pesca, rituais tradicionais e outras atividades, ficasse sobrecarregado. De acordo com relatos dos Kaxixó, turistas e pescadores que antes frequentavam o Paraopeba mudaram de destino devido às dúvidas quanto à qualidade da água que foi atingida pelos 13 milhões de metros cúbicos de rejeitos. Além disso, o rio Pará passou a ser usado como fonte de captação de água para fazendas e comunidades que antes se abasteciam com as águas do Paraopeba.

“São vários agravos que vão fazendo com que a gente perca a conexão com nossas águas. O Pará não é somente um leito. Esse rio narra o processo histórico, cultural e social do meu povo. Nos abastece de água e alimento, mas também é o ponto de encontro com a nossa ancestralidade. E isso não tem preço”, analisa Otávio Kaxixó, estudante de medicina de 27 anos que é uma das lideranças da aldeia.

Ocupando aproximadamente apenas quinze dos 5.411 hectares identificados e delimitados pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI), os Kaxixó se dividem em três aldeias: Capão do Zezinho, localizada no município de Martinho Campos, Fundinho e Pindaíba, que ficam na margem direita do mesmo rio, no município de Pompéu. Há muitos anos eles convivem com pescadores, fazendeiros, empresas de plantio de monocultura de eucalipto e com práticas predatórias e danosas ao meio

ambiente que muitas deles imprimem ao Cerrado. Com domínio de apenas uma pequena parte da Terra Indígena, a comunidade resiste para proteger sua memória e também o bioma com o qual se relacionam de maneira tão especial.

De acordo com Otávio, o processo de afastamento do Rio Pará, causado pelo rompimento da barragem da Vale, está direcionando a comunidade para um colapso, já que falta ao povo Kaxixó a liberdade de deslocamento dentro do rio, seja para manifestações, para banhos, para extração de alimentos ou para alimentar a relação dos Kaxixó com o próprio Cerrado. “Caminhamos para o sufocamento. Tivemos que levar todos nossos rituais para dentro da aldeia, tivemos que alterar nossos modos de vida para caber em uma nova realidade imposta tanto pelo crime do rompimento quanto pela falta de consciência das pessoas quanto à preservação da natureza que nos cerca”, desabafa.

Batalha pela reparação de danos

No acordo firmado entre a Vale S.A e o Poder Público em fevereiro, o pedido em relação aos povos indígenas foi extinto sem resolução de mérito, ou seja, não foi finalizado. Em março, a comunidade indígena Kaxixó encaminhou por meio do Instituto Guaicuy um documento às Instituições de Justiça requerendo o reconhecimento deles enquanto grupo atingido pelo rompimento das barragens. Além disso, a comunidade reivindicou esclarecimentos sobre as formas como se dará a reparação integral dos Kaxixó e de outros povos indígenas afetados pelo rompimento.

Apesar de não serem incluídos no acordo, o povo Kaxixó sofreu e vem sofrendo danos e transtornos decorrentes do rompimento da barragem, assim como outros povos indígenas atingidos ao longo da Bacia do Rio Paraopeba, como os Pataxó há-hã-hães (São Joaquim de Bicas), por exemplo.

Em janeiro, o Guaicuy já havia enviado um relatório às Instituições de Justiça, elaborado junto ao Instituto Guaicuy, ressaltando os impactos do rompimento da barragem para o povo Kaxixó. O recebimento do documento foi confirmado no dia 8 de janeiro pelo Ministério Público Federal. No mesmo mês, também foram elaborados pelas Assessorias Técnicas Independentes ofícios para a Defensoria Pública sobre o tema (ofícios nº 4188296/2021 e nº 4205556/2021).

A partir daí, foi instaurado, na Procuradoria da República de Minas Gerais, o inquérito civil público nº 1.22.000.000184/2021-28, para apurar os fatos descritos pelo Kaxixó.

No âmbito do inquérito, foi proferido despacho determinando a expedição de ofícios à mineradora Vale, à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e ao Instituto Mineiro de Gestão das Águas(Igam), para que se posicionem em relação aos impactos

relatados no documento feito pelos Kaxixó. Além disso, foi determinada a realização de perícia na área de antropologia junto à comunidade Kaxixó (o que aconteceu no dia 09.04.21, acompanhada pelo Instituto Guaicuy). Todas essas providências são uma conquista importante do povo Kaxixó, um dos primeiros passos para que haja a reparação integral pelos danos sofridos, em decorrência do rompimento da barragem da Vale.

Fotos: [Clique aqui.](#) (créditos: Otávio Kaxixó)

MAIS INFORMAÇÕES:

Assessoria de Imprensa Instituto Guaicuy Guaicuy: Laura de Las Casas - Tel: (31) 9713-53685.